

MICROANÁLISE: INTERDISCIPLINARIDADE E TEORIA DA HISTÓRIA

Paulo Fernando de Souza Campos
Doutor em História
Universidade de Santo Amaro - UNISA
pfcampos@unisa.br

Resumo: O presente artigo ocupa-se de uma reflexão sobre o percurso da microanálise no âmbito das teorias da História. A bibliografia consultada permite aproximações e afastamentos referentes às noções de tempo, personagens e fontes históricas entre a teoria-modelo e perspectivas historiográficas antecessoras. O levantamento considera que a produção do conhecimento microanalítico redimensiona paradigmas ao valorizar detalhes como indícios históricos e desvios estudados na redução da escala de análise, procedimentos que alteram tanto o ofício do historiador, quanto a escrita da História.

Palavras-Chave: Teoria da História; Escolas Históricas; Micro-História; Interdisciplinaridade; Historiografia

Abstract: This article manages reflection with the course of microanalysis in the scope of history theories. The bibliography allows us to verify approximations and distance between the notions of time, personage and historical sources of the model-theory in relation to predecessor historiographical perspectives. The survey considers that the production of microanalytical knowledge reshapes paradigms by valuing details as historical clues and deviations as approaches studied in the reduction of the scale of analysis, proceeding which alters both the craft of the historian and the writing of history.

Keywords: Theory of History; Historical Schools; Micro-History; Interdisciplinarity; Historiography

Artigo recebido em: 15/06/2017
Artigo aprovado em: 05/03/2018

Introdução

O presente artigo é resultado da análise de um referencial conhecido, representado por autores e comentadores das teorias da História. Sua escrita não resulta de um levantamento metodizado ou de uma leitura acabada do que existe publicado no mundo lusófono ou que abarque toda a produção qualificada sobre o tema. Antes, trata-se de uma reflexão em torno de aspectos que aproximam e distanciam escolas históricas antecessoras ao movimento historiográfico italiano possibilitada por uma amostragem não-probabilística.

Sem considerar a micro-história como sucessão linear e progressiva de escolas anteriores, a proposta compreende o projeto microanalítico como uma teoria da História, pois redimensiona axiomas do que Paul Veyne (1971) caracterizou como “ciência lacunar”. O que se pretende com o levantamento bibliográfico ora apresentado é caracterizar a proposta microanalítica em confluência com cenários teóricos anteriores, bem como em relação aos distanciamentos inerentes que emergem no bojo da crise paradigmática enfrentada pela disciplina na década de 1970.

Entre os comentadores, e para além do considerado por Mary Del Priore como “pequena obra-prima sobre o assunto” ao apresentar o livro de Ronaldo Vainfas (2002, contracapa), a pesquisa bibliográfica destaca o estudo de Enrique Espada Lima, cuja pesquisa remonta em profundidade de informação e minúcias as relações entre a microanálise e Escola dos *Annales* “[...] ainda que isso não tenha sido afirmado diretamente por nenhum de seus fundadores [...]” (2006, p.64), esclarece o autor do livro, avaliado por Carlo Ginzburg como “[...] reconstrução inteligente e apaixonada [que] não existe nem em italiano, nem em outra língua...” (LIMA, 2006, p. 9). Mais recentemente, a tradução de Jurandir Malerba do livro de Carlos Antônio Aguirre Rojas (2012), no qual se apresenta a heurística que fundamenta o modo de uso da microanálise, afastando-a de aproximações indevidas com história local, das mentalidades ou como estudo de minudências, de coisas pequenas, sem importância ou tratadas na excentricidade.

O estudo das teorias da História considera que o questionamento sobre o estatuto de ciência atribuído ao ofício de historiador possibilita a diferentes gerações ampliar possibilidades investigativas de realidades históricas, o que redimensiona o campo disciplinar em constante movimento. No caso das conexões e arranjos ora propostos, considera-se que a geração de

historiadores italianos reinterpreta o uso de documentos, indaga teorias hermeticamente fechadas ou fundadas no devir histórico e amplia métodos de análise de documentos, portanto, ocasiona uma nova prática historiográfica.

Na contramão das críticas, como a que se refere à prática historiográfica como pura subjetividade, a microanálise questiona o uso de tipologias documentais exclusivas em detrimento de possibilidades investigativas de registros dispersos, circunscritos e definidos de antemão, assim, contraria a prática centrada no uso hermético de teorias ou estudo de grandes estruturas sociais em prejuízo da narrativa e da experiência individual, o que a projeta como uma nova proposta teórico-metodológica da História. A restrição ao uso de documentos não preconizados como fonte ou não indagados no *close up* podem ser considerados deslocamentos proposto no projeto microanalítico, mesmo que seu procedimento remonte o longo tempo da leitura de sinais (GUINZBURG, 1999).

Seja como for, não é incorreto afirmar que o desenvolvimento epistemológico da História caracteriza teoria como resultado de constantes revisões de conceitos e paradigmas e não como algo acabado, linear ou demiúrgico. No que concerne à micro-história, a teoria resulta de modulações, intensidades, circularidades que desvelam acontecimentos em um nível de observação microscópica, na redução da escala de análise. A proposta microanalítica trata o conhecimento histórico como resultado de entrecruzamentos epistemológicos sem, contudo, desconsiderar os andaimes que organizam a História como ciência na medida em que o projeto italiano não propõe uma construção retórica sem vínculo com a objetividade e o rigor da prova, ao contrário (GINZBURG, 2002).

A perspectiva considera que a interdisciplinaridade redimensiona modelos e sistemas explicativos da disciplina histórica. Tratadas em conjunto, as mudanças revelam articulações teórico-metodológicas novas, mediadores conceituais diferenciados, ampliação do uso das fontes e problemáticas do mesmo modo renovadoras, pois compreendidas não mais por uma imutabilidade esquemática, generalista e conceitual, analisada de modo disciplinar e na integração do maior número de traços, portanto, quantitativamente.

A proposta microanalítica, nesses termos, pode ser percebida como um desses processos de reformulação de paradigmas da construção do conhecimento em ciências humanas. O diálogo constante com outros campos disciplinares, de áreas conexas ou não, considera a complexidade e interdependência de saberes como organizadores das realidades que os

historiadores microanalíticos constroem e narram. O projeto italiano evoca interdependências teóricas voltadas para o estudo de acontecimentos anônimos pautados na redução da escala de análise e interpretação de detalhes encontrados em registros dispersos e desprestigiados, avaliados como sem importância ou insuficientes o bastante para impactar na construção da História.

Sem considerar o fragmento por ele mesmo, o passado na perspectiva microanalítica é revisitado via investigação de sinais aparentemente banais, identificados no desvio de normalidades tornadas excepcionais e observadas na escala reduzida, indiciária. Deste modo, as noções que balizam a microanálise permitem considerar a existência de afinidades eletivas entre seus pressupostos e perspectivas historiográficas antecessoras, bem como o seu contrário, concepção que caracteriza os avanços teóricos como renovadores na medida em que altera o ofício do historiador e consiste na uma mudança de comportamento em relação ao tratamento das fontes, portanto, redimensiona teórico-metodologicamente o saber-fazer do historiador.

Escolas teóricas oferecem aportes conceituais, possibilidades de entendimento dos fenômenos históricos ao longo do tempo, mas também a manutenção da cientificidade proposta para o campo disciplinar. O estudo de indivíduos, grupos marginais ou excluídos, o desdobramento da noção de tempo e a renovação no tratamento de fontes documentais, dada pelo reconhecimento de especificidades como indícios históricos, aproximam e distanciam percursos historiográficos. Dessas variações emerge a reflexão ora proposta.

Teorias da História: da história científica aos *Annales*

Mesmo considerando a autonomia teórico-metodológica das perspectivas da escrita da História, Henrique Espada Lima (2006) indica não ser incorreto afirmar que a microanálise amplia paradigmas reinaugurados pela Escola dos *Annales* em 1929, cuja origem imprime novo arcabouço aos procedimentos historiográficos propostos no bojo da cientificidade expressa no século XIX que caracteriza a Escola Metódica Alemã de Leopold Von Ranke (1790-1880) e o Positivismo Francês de Augusto Comte (1798-1857).

Entre os arranjos possíveis, a noção contemporânea de História como ciência encontra lugar de primazia nos pressupostos de Leopold Von Ranke, historiador alemão responsável pela configuração do historicismo oriundo da Universidade de Berlim. Considerado fundador da

história científica, suas propostas pretendiam distanciar estudos históricos da escrita hagiográfica, intuitiva e literária recorrentes, que não respondiam aos imperativos de ciência no mundo moderno, pois apresentadas como crônicas, épicos, romances.

Ranke propunha uma prática imbuída por critérios de cientificidade vigentes no século XIX, no caso, fundados no uso de documentos escritos e originais, definidos como repositórios da verdade, capazes de registrar o passado tal como realmente era ou *wie es eigentlich gewesen ist*. As fontes primárias consideradas em sua oficialidade, classificação, aferição de conteúdos e autorias atingiam tanto a construção do registro, quanto o exercício do historiador, cujo fazer pretendia a datação de documentos dispersos em uma organização cronológica ou compreendia uma transcrição sem questionamentos. O resultado produzia uma historiografia fundada na biografia política, nacionalista e celebratória, interessada em enaltecer personagens ilustres e políticas internacionais, narradas como histórias únicas.

Estevão Martins e Pedro Caldas, ao retratarem uma biografia do fundador da História científica reiteram que para Ranke “[...] o acontecimento histórico tem densidade substantiva própria [...]” (2013, p. 4). Sua obra, como consideram os autores, configura parte da historiografia científica proposta em meio a um contexto de mudanças e reordenações geopolíticas no mundo franco-prussiano, de formação de identidades nacionais, de exaltação das conquistas que forjavam uma história pátria, que possibilita à História assumir lugar de destaque na medida em que enaltecedora da reconfiguração geopolítica ao forjar a memória nacional e os heróis como princípio organizador do social.

Os acontecimentos que mudaram a geografia do mundo europeu redesenham jogos da política e, nesse cenário a historiografia emerge como construtora de realidades, legitimadora de verdades absolutas. A História científica do século XIX conferia um aparato conceitual e metodológico específico que compreendia desde técnicas hermenêuticas desenvolvidas nos meios eclesiásticos às bases da Filologia, da qual emerge enquanto disciplina. Os critérios definidos em fundamentos da universalidade da razão, verdade incontestada derivada da transcrição de documentos originais e o estudo da origem das palavras legitimavam a escrita da História como incontestada, bem como estratégia ideológica de dominação das memórias e controle das práticas sociais (BARROS 2010; BOURDÉ; MARTIN 2012; MALERBA, 2013).

O rigor metodológico conferido à pesquisa histórica qualificava a disciplina como científica frente aos padrões da razão iluminista, isto é, a noção de verdade absoluta e evolutiva

das sociedades, pois a partir procedimentos de verificação e originalidade de fontes oficiais, escritas, assumidas como repositórios da verdade. A História derivada desse aparato conceitual fabrica uma narrativa de acontecimentos em um contexto geopolítico singular, fundamentalmente, por estabelecer uma teoria-método que conferia cientificidade ao trabalho do historiador, o que retirava a História dos auspícios da crônica, dos épicos e da hagiografia.

A oficialidade dos documentos históricos anula a antiga perspectiva de História como prática isenta de teoria e método. A noção de devir histórico como o princípio-fim unificador, a racionalidade do método proposto ao ofício de historiador e o uso correto documentos oficiais conferia estatuto de ciência à História no século XIX. Ao mesmo tempo em que apresenta sua utilidade política ao estabelecer verdades absolutas sobre o passado (BARROS 2010; BOURDE; MARTIN 2000; BENTIVOGLIO; LOPES 2013).

Como afirmou Sérgio Buarque de Holanda (1974), o historicismo é um movimento complexo e seu estudo foi objeto de interpretações desconexas que acabaram por diluir sua especificidade na medida em que frequentemente associado à corrente filosófica positivista proposta por Augusto Comte. A doutrina estabelecia posicionamento neutro em relação ao objeto de estudo e ao tratamento documental, distanciamento de temáticas e imparcialidade objetiva no manuseio de fontes históricas. Mesmo considerando a densidade própria da História, não havia lugar para questionamentos e os fatos descritos na documentação oficial relatava a verdade acabada, por esse motivo, digna de confiabilidade (MARTINS; CALDAS 2013).

Nesse ponto, por estabelecer teoria e método fundados na verdade absoluta determinada pela oficialidade de documentos originais, o historicismo aproxima-se das propostas da corrente de pensamento francesa positivista, contudo, ambas divergem. Os positivistas acreditam ser possível às ciências humanas alcançar a objetividade das ciências exatas e naturais a partir do estabelecimento de leis universais capazes de explicar a formação e o desenvolvimento das sociedades humanas e de seus domínios, sobretudo, na fabricação de memórias estruturadas no longo tempo, das permanências.

Em oposição, historicistas alemães, ainda que buscassem uma explicação global, fundada em documentos oficiais, acreditam que cada sociedade possuía características próprias e respeitam especificidades culturais existentes. Se positivistas propunham leis gerais,

historicistas alemães percebiam a parcialidade da visão do historiador e entendiam a relevância dos contextos na densidade própria da História (BARROS 2010; MARTINS; CALDAS 2013).

Concomitantemente ao movimento que atribui à disciplina seu caráter científico, no século XIX, novos campos disciplinares emergiam com campo do conhecimento humano. No bojo dessas formações, o saber histórico perdeu a primazia conferida, inclusive, por ser o ofício do historiador algo considerado como mero exercício de datação, organização de registros dispersos. O desenvolvimento do debate em torno da cientificidade da História e as vicissitudes desse processo permitiam avanços epistemológicos como os que emergem das críticas às leis gerais e ao uso metódico de fontes oficiais, as quais estacavam potencialidades e perspectivas da escrita da história (MALERBA 2013). Dessa confluência surge a manifestação conhecida como Escola dos *Annales*.

Marc Bloch (1886-1944) e Lucien Febvre (1878-1956) ao criticarem modelos validados pela História Política iniciaram um movimento que aglutinou gerações de historiadores e outros profissionais, entre os quais geógrafos, sociólogos, filósofos e economistas em torno de interesses comuns, quais sejam, refletir sobre o saber histórico, a constituição do campo disciplinar, a interdisciplinaridade inerente e as bases epistemológicas que lhe conferia cientificidade, pois insatisfeitos com procedimentos e propósitos atribuídos ao conhecimento histórico e ao ofício do historiador. Deste modo, assumem a publicação da revista intitulada *Annales: économies, sociétés, civilisations* a partir da qual divulgam uma perspectiva revolucionária da escrita da História como considera Peter Burke (1991).

A publicação dos *Annales* amplia possibilidades de crítica ao conhecimento histórico existente para além do campo da história, nesse sentido, caracterizada pela exaltação de acontecimentos e poderes instituídos, fundados na biografia de homens ilustres assumidos como condutores da história ou pela via revolucionária da materialidade da vida social e das relações de trabalho. Nesse processo, os *Annales* ampliam interesses para outras dimensões da vida e mesmo que inicialmente pretendessem uma História total, identificada como nova, a ‘nova historiografia’ evoca estudos preconizados por Jules Michelet (1798-1874), Jacob Burckhardt (1818-1897), Johan Huizinga (1872-1945), como permitem considerar comentadores das teorias da História (MALERBA 1996; BENTIVOGLIO; LOPES 2013, LIMA, 2006; BARROS, 2011).

De todo modo, pesquisadores vinculados aos *Annales* fornecem subsídios iniciais para o alcance de uma prática interpretativa do passado fundada na problematização de acontecimentos e a partir de diferentes registros, não mais restritos a acervos oficiais e documentos manuscritos, preconizados como lugar privilegiado da verdade histórica. A proposta identifica nos registros emanados do centro vozes sufocadas, personagens desprezados pela historiografia, portanto, redimensiona a noção de sujeito e documento históricos, bem como a construção das narrativas.

Em oposição à historiografia tradicional, positivista e metódica, os *Annales* possibilitam ao historiador indagar o passado, reconhecer ações de atores que sempre existiram, mas que foram impedidos de protagonizar acontecimentos, aspectos que aproximam a microanálise do movimento francês, mas também da prática historiográfica inglesa da *New Left*, sobretudo, no que se refere à *history from below*, isto é, a história vinda de baixo, sobre a experiência de homens e mulheres, mesmo que analisados no âmbito do ativismo social e do mundo do trabalho (THOMPSON, 1998).

A reação de um grupo de intelectuais da Inglaterra frente às ações do Partido Comunista no leste europeu propiciou a formação do que se convencionou chamar de nova esquerda. Seus propósitos, divulgados pela revista *New Reasoner*, apresentavam uma nova historiografia de base marxista, fundada na recuperação da experiência antecessora de movimentos revolucionários, nas tradições seculares de lutas e direitos civis em contextos supostos como isentos de organização política. Assim, renovam bases teórico-metodológicas da História ao estudarem resistências miúdas e lastros culturais em torno da formação da classe trabalhadora, objeto por excelência da perspectiva historiográfica inglesa, que tanto aproxima, quanto afasta as escolas históricas em análise.

Por considerar a realidade histórica como culturalmente constituída, a proposta dos *Annales* aproximou a História dos interesses da Linguística, Antropologia e Psicologia como possibilidade mais completa de análise do mundo social e dos objetos estudados. O reconhecimento dos impactos de metodologias de estudo e matrizes conceituais de disciplinas correlatas ou não inicialmente propunha alcançar a totalidade dos fenômenos estudados, termo caro para a Escola dos *Annales*. Entretanto, gerações de historiadores reavaliaram pressupostos iniciais e as trocas teóricas e metodológicas possibilitadas pela interdisciplinaridade redefiniam

a noção de tempo, acontecimento, personagens e documentos históricos (LE GOFF 1990; BURKE 1991).

Fernand Braudel (1902–1985) é representativo da segunda geração dos *Annales* pelo tratamento dispensado à noção de tempo histórico. Sua obra rearticula percepções do tempo em curta, média e longa duração, assim, ao propor novas temporalidades, o autor apresenta outros ritmos do tempo e evidencia o diálogo com a Geografia, pois caracteriza processos vividos nas esferas regional e local e suas interferências na globalidade das configurações históricas, sociais, ambientais, culturais. Braudel redimensiona o trabalho do historiador ao quantificar informações encontradas em registros seriais, assim, estabelecer fluxos de consumo, quadros econômicos, índices demográficos analisados não somente pelo que evidenciavam, mas no cruzamento da cultura geográfica. O desenvolvimento sinaliza para aproximações entre o movimento dos *Annales* e da microanálise, todavia, a operação histórica não é a mesma.

A revisão do conceito de tempo e espaço históricos desmontou práticas consideradas excessivamente globalizantes, vistas de cima. A segunda geração trata a história regional e estudos locais como desdobramentos teórico-metodológicos, cujos resultados geraram monografias sobre espaços sociais esquecidos, geograficamente demarcados, bem como em relação aos seus objetos de estudo (BURKE 1991; MALERBA, 1996). O tempo histórico não mais repercute o tempo estrutural, das longas durações, das mentalidades, pois percebido nas dimensões do tempo médio, conjuntural e tempo curto, do cotidiano.

Nesse sentido, Ronaldo Vainfas (2002) destaca que temáticas voltadas para religiosidade, sexualidade, sentimentos coletivos e vida cotidiana despertaram interesse durante os anos da segunda geração, contudo, as críticas consideravam existir certa debilidade teórica de conceitos e rechaçavam a marginalidade das fontes utilizadas avaliada como despolitizada ou modismo fragmentador dos processos históricos pautados na luta de classes. Controverso, mesmo com as recusas as duas primeiras gerações dos *Annales* alteraram a noção de documento e tempo históricos.

Jacques Le Goff (1924-2014) em parceria com George Duby (1919-1996) e Philippe Ariés (1914-1984) são considerados representativos da terceira geração da Escola dos *Annales*. Para Peter Burke (1992) essa geração de historiadores avançou no debate sobre as teorias da História ao propor que a crítica em torno da noção de fragmentação atribuída ao movimento francês, afirmando que o mesmo assumia o mérito de preencher lacunas deixadas por estruturas

asfixiantes. Nessa geração, o movimento passa a ser identificado como “Nova História” e se volta de forma incisiva à Antropologia, assim, suscita novos temas, novos problemas e novas abordagens que ampliam o estudo de populações desprezadas pela historiografia com destaque para as mulheres, todavia, centrada no quantitativo como rigor da prova. Para além da noção de documento e tempo, os *Annales* redimensionam os “sujeitos históricos”.

O movimento intelectual francês é considerado como uma mudança ao que supunham positivistas, historicistas e marxistas em relação aos documentos, ao tempo e aos personagens históricos. As fontes utilizadas por historiadores filiados ao movimento de 1929 reivindicavam os mais diferentes vestígios e manifestações humanas, observadas nas dinâmicas do tempo histórico como comprovações empíricas, o que permitiu ao historiador construir registros, exercitar outras competências, novas habilidades sem, contudo, desobriga-lo da objetividade que vincula a retórica à prova, mesmo considerando a correspondência com a ficção, isto é, a capacidade criatividade do historiador ao construir sua intenção de verdade sobre o passado.

A polifonia dos discursos se entrecruza com a narrativa histórica e desvela pessoas anônimas como parte de processos históricos e não mais como experiências em separado. O trabalho do historiador, reconhecido não mais pela retórica estética valorizada pelo uso correto de esquemas explicativos e conceituais assume a atividade interpretativa de ações humanas. Ou seja, o fato histórico não é resultado da representatividade numérica, da reunião de traços comuns legitimadores, não como via de mão única – o que distancia a microanálise de perspectivas antecessoras.

De todo modo, o percurso das escolas históricas destaca a interdisciplinaridade como forma de produção do conhecimento, geração de conceitos e metodologias em graus crescentes de intersubjetividade. Seu reconhecimento possibilitou fazeres epistemológicos novos e seus impactos redimensionou a noção de ciência histórica como campo disciplinar, nessa medida, produz conhecimento em rede e não mais de modo estrutural, fundado em categorias em detrimento da experiência humana, isto é, anuladoras de identidades e alteridades. A interdisciplinaridade articulou trocas teóricas e simbólicas da apreensão do vivido e o resultado, historicamente constituído, amplia possibilidades de conhecimento e compreensão do passado.

Microanálise: princípios fundamentais

A gênese contemporânea da microanálise suscita a produção do grupo de historiadores italianos vinculados a Universidade de Bologna, Itália, reunidos em torno da revista *Quaderni Storici* publicada por *Il Molino*. A publicação microanalítica promoveu conceitos que se articulam em torno da redução de escala da análise dos objetos estudados, localizados no desvio de experiências silenciadas e a partir de vasta pesquisa documental, características que a retira dos domínios da ficção ou do romance histórico (LIMA 2006; ROJAS, 2012).

Apesar de não estabelecer um texto ou manifesto fundador a perspectiva historiográfica evoca estudos de Giovanni Levi, Edoardo Grendi e Carlo Ginzburg, cujas produções são identificadas como essenciais e que pautam a pesquisa microanalítica, precursores e reformadores das noções de escala de análise, excepcional normal e paradigma indiciário que medeiam o trabalho com pequenos enredos, personagens anônimos, experiências cotidianas encontradas em sinais e vestígios de tramas aparentemente sem importância (LIMA 2006; ROJAS, 2012).

A publicação da coleção italiana intitulada *Microstorie*, dirigida por Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, publicada pela editora *Einaudi* entre 1981 e 1988, agrupou autores franceses, ingleses e norte-americanos em torno de novos campos de interesse histórico. Mundialmente reconhecida e referenciada, configurou-se como uma prática marcada por referências ecléticas, buscando extirpar a noção de social como algo homogêneo e normativo ao explorar realidades individuais.

Sem estabelecer um funcionalismo ou um devir histórico, a análise em escala micro permite perceber como as realidades individuais influenciam quadros sociais mais amplos. Deste modo, a microanálise se caracteriza por estudar temas desprestigiados, valorizar a narrativa de recortes minúsculos e pequenos enredos construídos por gente comum (VAINFAS, 2002; LIMA, 2006).

Boris Fausto (2009) considera que desde meados da década de 1970 a micro-história tornou-se prestigiosa no mundo ocidental. O autor acrescenta à lista dos expoentes do que considera um gênero histórico o francês Emmanuel Le Roy Ladurie, historiador dedicado ao estudo do sistema social e político aristocrático centralizado e absolutista que caracteriza o

Antigo Regime, autor do clássico *Les Paysans de Languedoc*, publicado em 1966. Para o Boris Fausto o procedimento microanalítico visa:

a) Reduzir a escala de observação do historiador, a fim de apreciar ações humanas e significados que passam despercebidos quando se lida com grandes quadros; b) concentrar essa escala em pessoas comuns e não em grandes personagens, buscando ouvir sua voz; c) extrair de fatos aparentemente corriqueiros uma dimensão sociocultural relevante; d) apelar para o recurso da narrativa, ao contrário da história das grandes estruturas, sem entretanto confundir-se – dado seu conteúdo e estilo – com narrativas tradicionais, predominantes no século XIX; e) situar-se no terreno da história, o que significa apoiar-se nas fontes, delimitando-se assim, claramente, da obra ficcional (2009, p.9).

Os autores consultados consideram que a micro-história não pretende ensimesmar o objeto estudado, mas redimensionar o lugar assumido pelas conexões que atravessam sincronicamente o tecido social. Jacques Revel (1998) evidencia como definidor da prática historiográfica o conceito de redução da escala de análise e confere ao procedimento o ponto central do que considera como ofício de historiador. Ao se concentrar em procedimentos de nomeação e caracterização de perfis individuais, de personagens desconhecidos e por assumir como ponto de partida o tempo curto do acontecimento, a proposta revigora alcances da pesquisa em História, valoriza atitudes individuais, anônimas, mas não menos relevantes para a compreensão histórica como assevera um dos precursores:

A micro-história tenta não sacrificar o conhecimento dos elementos individuais a uma generalização mais ampla, e de fato acentua as vidas e os acontecimentos individuais. Mas ao mesmo tempo tenta não rejeitar todas as formas de abstração, pois fatos insignificantes e casos individuais podem servir para revelar um fenômeno mais geral (LEVI 2011, p.160).

A redução da escala centra-se nos contatos microscópicos dos acontecimentos e altera os níveis de observação, ou seja, a micro-história analisa a realidade por intermédio do fragmento para dele extrair correlações mais amplas, nesta perspectiva, encontra ressonância com o conceito de circularidade cultural de Mikhail Bakhtin (1981), pois manifesta o dialogismo explícito no entrelaçamento entre os mundos, procedimento que Carlo Ginzburg (1987) executa na obra *O queijo e os vermes*.

De acordo com Plínio Freire Gomes a noção de circularidade é usada por Carlo Ginzburg “[...] com o objetivo de superar a visão manifestadamente ideológica de que as

camadas subalternas apenas acumulariam os resíduos de conhecimentos oriundos das elites.” (1997, p. 26). Assim, o dialogismo permite considerar aspectos individuais como importantes para a compreensão das modulações históricas, pois avaliadas como vias que se entrecruzam e não paralelas. Sobre essa característica, Jaques Revel (1998, p.28) afirma:

[...] cada ator histórico participa, de maneira próxima ou distante, de processos – e, portanto se inscreve em contextos – de dimensões e níveis variáveis, do mais local ao mais global. Não existe, portanto hiato, menos ainda oposição, entre história local e história global. O que a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global. Particular e original, pois o que o ponto de vista micro-histórico oferece à observação não é uma versão atenuada, ou parcial, ou mutilada, de realidades macrossociais [...].

A temporalidade microanalítica é relevante e caracteriza a abordagem. Ao articular o tempo curto do acontecimento com o tempo longo das estruturas, sem renúncias ou funcionalismos, a micro-história reinventa possibilidades de compreensão de processos históricos. Enunciados por pistas e detalhes dispersos nas tramas infinitesimais que fabricam o cotidiano e das quais os historiadores se servem para evocar o passado e construir suas narrativas, a proposta italiana reinventa as possibilidades teóricas e práticas inerentes ao trabalho do historiador.

A proposta microanalítica se organiza em torno de conceitos fundamentais como excepcional-normal. Seu significado reside na compreensão do desvio em relação à norma. Como exceção, o desvio traduz escolhas individuais, de pequenos grupos, porém, reveladores da realidade, contextos e processos históricos mais amplos. Considerado um dos andaimes da microanálise o conceito repercute e restaura os subalternos ao criticar a História Social, pois a noção de exceção como regra gera uma condição de extremo e desvio pautada na (des) responsabilização política frente ao que normalmente acontece, mas é ignorado. Na dimensão do campo disciplinar o conceito de excepcional-normal recusa a tradição sociológica funcionalista que estabelece a mudança social como efeito ou necessidade histórica.

Grendi reflete a partir de modelos de análise social utilizados pelos historiadores e que são, em sua maioria, modelos funcionalistas, baseados na integração do maior número de traços. Acontece que muitos deles resistem a esse trabalho de integração; constituem exceções que nos habituamos de bom grado a tratar como ‘exceções’ ou como ‘desvios’ em relação à norma que o historiador estabeleceu. A proposição de Grendi, que iria ao encontro aqui da reflexão inaugurada pelo antropólogo F. Barth, seria construir modelos ‘generativos’: ou seja, modelos que permitem integrar completamente (e não mais como exceções ou desvios) os percursos e as escolhas

individuais. Nesse sentido, poder-se-ia dizer que o ‘excepcional’ se tornaria ‘normal’ (REVEL, 1998, p. 33).

O desvio não se interpõe à norma, pois ambos participam dos processos, vivenciam e se conectam nas modulações do tempo e circularidade dos discursos. A microanálise não pretende estabelecer-se como movimento ou um ato inaugural como se não existissem demarcadores conceituais anteriores. Seus fundadores não consideram a perspectiva na dimensão metodológica, mas como um esforço teórico para os estudos históricos em escala reduzida, não ensimesmada, cujos resultados podem alterar configurações históricas culturais mais amplas.

A experiência microanalítica permite aproximações com diferentes escolas teóricas como a que se avizinha à perspectiva historiográfica oriunda da nova esquerda inglesa, sobretudo, no que se refere ao estudo de pessoas comuns, lastros culturais e costumes, inclusive, assumido como possibilidade de reinterpretação do materialismo histórico, berço teórico da *New Left*. Ao mesmo tempo, se distancia por não resultar da integração de um maior número de traços, ainda que o movimento inglês evoque experiências de gente desconhecida e incidentes dramáticos (THOMPSON, 1998).

Na esteira das avaliações dos comentadores outro conceito importante para a pesquisa microanalítica, destaca Giovanni Levi (2011), trata a redução da escala de análise. A noção de redução considera a sociedade a partir de especificidades focalizadas microscopicamente como possibilidade de percepção das realidades, sobretudo, cultural. O procedimento realiza recortes específicos, mas diametralmente oposto à história *événementielle* na medida em que evoca a experiência de personagens anônimos e não os heróis, estadistas e a história vista de cima.

A redução da escala de observação é fundamental à aplicação da perspectiva micro-histórica e provocou intenso debate. Para os críticos, delimitar casos individuais, dispersos na normalidade excepcional impediria a percepção das estruturas e conjunturas dos processos históricos, assim, “[...] não faltou quem ridicularizasse a micro-história, acusando seus autores de cederem à moda *small is beautiful*, às tentações do irracionalismo ou, mais chulamente, de se trancarem voluntariamente ‘dentro de um armário de vassouras’ ou de darem ‘um microfone às formigas’” (VAINFAS 2002, p. 11).

Conforme permite analisar Jacques Revel (1998), a redução da escala de análise implica uma modificação da construção histórica. Ao valer-se de procedimentos literários na narrativa histórica, incorpora a subjetividade aproximando-a de uma escrita ficcional por utilizar a

capacidade criativa do historiador, contudo, sem se caracterizar como tal. A escrita na escala reduzida da análise histórica, a construção narrativa do indivíduo permite ao historiador uma experiência próxima da escrita literária, dada as minúcias que observa, porém, como reiteram os e autores e comentadores analisados a vinculação é indevida.

Carlo Ginzburg (1998) evidencia o paradigma indiciário como um dos axiomas que balizam o trabalho microanalítico. Ao valer-se de elementos da descrição densa como procedimento interpretativo, para o autor, a microanálise exige um novo uso da documentação. Seu texto intitulado *Sinais* (1998) é citado como significativo ao retomar a gênese do procedimento na investigação e no método proposto por Giovanni Morelli, que publicou uma série de artigos sobre pintura italiana entre 1874 e 1876 nos quais sugeria uma nova forma de atribuição de autoria para obras de museus não assinadas fundada na percepção de pormenores, de detalhes aparentemente banais como possibilidade de identificação da autoria (LIMA 2006).

O paradigma indiciário investiga registros postos à margem, evidências minúsculas, desprezadas no quadro geral das fontes, mas que oferecem pistas significativas para o estabelecimento da compreensão do passado e globalidade dos acontecimentos. Para tanto, valoriza especificidades e realiza especulações que remontam a interpretação de vestígios expostos no clássico *Zadig* ou do *Destino* (VOLTAIRE, 1999). Assim, ao perscrutar vestígios-fontes, ao observar pormenores em documentos e recorrer a registros considerados pouco significativos pela história social, a proposta microanalítica avança na História da historiografia enquanto teoria e método; mesmo que remonte os dispositivos de contradição e justaposição com a novela escrita pelo iluminista e que se apresenta, do mesmo modo, nas técnicas usadas para aferição de autoria de obras de arte como observa Carlo Ginzburg (1989).

O paradigma indiciário pode ser considerado como um conjunto de procedimentos apresentados pelo método heurístico centrado no detalhe. Os autores indicam-no como um dos princípios constitutivos do sistema explicativo microanalítico, pois ao valorizar especificidades reconhece a subjetividade e o caráter indireto do conhecimento, o uso de inferências, conjecturas e imaginação criativa na construção da História.

No que concerne aos procedimentos, o paradigma indiciário exige erudição, pois implica prática interpretativa de fontes, bem como dos contextos de pertença. O ensaio escrito por Carlo Ginzburg (1998) associa o paradigma indiciário ao surgimento da psicanálise moderna e da perícia criminal, texto que fornece o entendimento de toda a obra do autor ou

como reitera Maria Lúcia Pallares-Burke, que pretende “[...] enfatizar a importância do detalhe aparentemente sem importância, de uma frase ou um gesto aparentemente trivial, que leva o investigador [...] a fazer importantes descobertas [...]” (2000, p. 271).

Ao localizar origens, finalidades e utilização do método Carlo Ginzburg (1998) enfatiza a interdisciplinaridade na abordagem microanalítica, anunciada pela leitura dos sinais. O autor apresenta a recorrência do método no campo da Medicina e Direito referindo-se, no primeiro caso, à semiologia, ao estudo dos sintomas, do diagnóstico, da observação de especificidades como procedimento ao desvendamento de doenças, no segundo caso, a criminalística, por investigar sinais, pistas, vestígios e encontrar os fios e os rastros que levam à solução dos casos, parafrazeando o autor.

As premissas oriundas da abordagem microanalítica constituíram alvo de inúmeras críticas. Ronaldo Vainfas elenca considerações sobre a microanálise como a que a caracteriza como “[...] exemplo maior de uma história que renunciou a seu estatuto de conhecimento científico, invadindo o território da literatura e rompendo de vez as fronteiras que mantinha com a narrativa ficcional [...]” (VAINFAS 2002, p. 10). Entretanto, como considera o autor, a microanálise invalida a inventividade atribuída, pois mesmo que a escrita adote um tom especulativo ou se aproxime da persuasão literária, para o autor “[...] O fato de não raro a narrativa evitar, propositadamente, a demonstração empírica e esmiuçada das evidências, privilegiando os resultados por meio de um discurso literário, pode muito bem levar a confusões, conduzindo leitores de má vontade ou desatentos a concluir que a micro-história transforma a verdadeira história em ficção.” (2002, p. 102).

A microanálise, nesse sentido, teria recaído em um modismo ao deixar de utilizar conceitos demarcadores da prática em História Social, fundados nos aditamentos da economia, da base material, associativa, dos movimentos sociais. A polêmica gerada evidencia a micro-história como dedicada a temas irrelevantes como forma menor de historiografia, reacionária e neoliberal, interessada nos indivíduos em detrimento de configurações coletivas, políticas e econômicas. Por centrar-se na exceção, na redução da escala de análise e nos pequenos enredos, foi considerada despolitizada, visão que se atenua posteriormente como destaca Ronaldo Vainfas:

A partir das décadas de 1960 e 1970, a ‘revolução dos costumes’ ocorrida no Ocidente, a crescente valorização de minorias, de direitos civis e políticos de grupos, a

legitimação de outros tipos de lutas, tudo isso tornou obsoleto o dogma de uma consciência ‘revolucionária’ associada exclusivamente à luta de classes, e mais ainda, a identificação das posições políticas não-marxistas com a ideia de ‘reacionarismo’ (2002, p. 147).

A abordagem microanalítica foi criticada por promover a fragmentação da História em decorrência da redução da escala de análise. Contudo, resultados desvelam o contrário, uma vez que o a micro-história atinge a pluralidade que se interpõe, inclusive, no movimento historiográfico inglês da *New Left* em relação à valorização das tradições, dos costumes em comum, das resistências miúdas, das experiências históricas *from below*, contrapondo perspectivas doutrinárias de apreensão do passado ou explicadas na globalidade por determinações teórico-metodológicas esquemáticas. Cabe ressaltar, o projeto microanalítico não substitui a objetividade por uma interpretação subjetiva, tampouco, exime o historiador do rigor das comprovações empíricas.

Ao reduzir a escala de observação ao excepcional-normal e tratar acontecimentos banalizados, diluídos no cotidiano, a proposta microanalítica reconfigura teoricamente a disciplina apresentando-se como avanço à crise paradigmática vivida nos anos 1970-1980. Ao responder a pressupostos fundados em filosofias da História, atreladas à militância e aos agentes históricos condicionados pelo devir social, sua fundação encontra no ambiente italiano um antimanifesto, consolida e expande, para além das fronteiras paradigmáticas, um novo modo de compreensão das dinâmicas da História sem deixar o espírito de fora.

Referências bibliográficas:

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

BARROS, José D'Assunção. Sobre a feitura da micro-história. *OPISIS*, v. 2, p. 46-64, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/Opsis/article/view/9336/6428#.U1WPETpdWS0>>. Acesso em: 25 mar 2014.

_____. *Teoria da História*. Princípios e conceitos fundamentais. Petrópolis: Vozes, 2011.

BENTIVOGLIO, Julio; LOPES, Marcos Antônio. (orgs.) *A Construção da História como Ciência*. De Ranke a Braudel. Petrópolis: Vozes, 2013.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

FAUSTO, Boris. *O crime do restaurante chinês*. Carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FRANÇA, José Marcel de Carvalho. História em Close-Up. O historiador globalizado. *Folha de S. Paulo*, 1 set. 2002. Caderno Mais!, p.4-8.

GINZBURG, Carlo. *Relações de Força. História, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In:_____. *Mitos, Emblemas e Sinais*. Morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1889. p.143-180.

_____. *O queijo e os vermes*. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Plínio Freire. *Um herege vai ao paraíso*. Cosmologia de um ex-colono condenado pela Inquisição (1680-1744). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Atual e Inatual em Leopold Von Ranke. *Revista de História*, v. 1, n.100, outubro/dezembro. 1974, p.431-482.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Edunesp, 2011. p.135-163.

_____. *A herança imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MALERBA, Jurandir. *A Velha história: teoria, método e historiografia*. São Paulo: Papirus, 1996.

_____. *Lições de História*. Da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX. (org.) Porto Alegre: FGV/EDIPUC-RS, 2013.

MARTINS, Estevão; CALDAS, Pedro. Leopold Von Ranke. In: BENTIVOGLIO, Julio; LOPES, Marcos Antônio. (orgs) *A Construção da História como Ciência*. De Ranke a Braudel. Petrópolis: Vozes, 2013. p.13-32.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. Carlo Ginzburg. In: _____. *As muitas faces da história*. Nove entrevistas. São Paulo: Edunesp, 2000. p.269-306.

REVEL, Jacques. Microanálise e a construção do social. In: _____. *Jogos de escalas*. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p.15-38.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. *Micro-história italiana*. Modo de uso. Tradução: Jurandir Malerba. Londrina: Eduel, 2012.

THOMPSON, E. Palmer. *Costumes em Comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VEYNE, Paul. Tudo é histórico, portanto a História não existe. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (org.) *Teoria da História*. São Paulo: Cultrix, 1971

VAINFAS, Ronaldo. *Micro-história*. Os protagonistas anônimos da História. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VOLTAIRE. *Zadig ou do Destino*. Introdução de René Pomeau. São Paulo: Martins Fontes, 1999.